

Governo é derrotado

O governo Cristovam Buarque sofreu nova derrota no Judiciário na questão do IPTU.

O ministro William Patterson — na presidência do Superior Tribunal de Justiça — negou ao procurador geral do DF, Marcelo Alencar de Araújo, um pedido para decidir a questão sem ouvir a outra parte (o PMDB) e o Ministério Público.

Alencar entregou o pedido na última quinta-feira, um dia depois do ministro Bueno de Souza, também do STJ, dar prazo de cinco dias para que o PMDB se manifestasse sobre o tema.

Só depois desse prazo e de ouvir a opinião do Ministério Público é que o STJ se decidirá pela suspensão ou manutenção da liminar do Tribunal de Justiça do DF (TJDF) que invalidou o aumento do IPTU — conforme solicitação do PMDB.

Pedido — O procurador justificou seu pedido argumentando que a demora na decisão poderá causar “grave lesão à economia do Distrito Federal”.

Não adiantou. “Sem o cumprimento integral das diligências requeridas (por Bueno) não é possível o exame do pedido (de suspensão da liminar)”, resumiu Patterson. A decisão foi tomada dia 22, mas só foi comunicada ontem.

Em compensação, Marcelo Alencar soube ontem que o STJ lhe garantiu vitória em outro processo.

O tribunal anulou a liminar — obtida pela associação de empresas de vale-alimentação no TJDF — que suspendia a distribuição do Vale Candango, administrado pelo Banco de Brasília (BRB).